

FUNÇÃOÁRIO PÚBLICO

TRABALHADOR COMO OS OUTROS?

Bárbara Heliodora França

Introdução

O discurso neo-liberal que atribui ao funcionalismo um papel de destaque entre as causas da situação crítica existente na sociedade brasileira esconde, com certeza, importantes interesses políticos e econômicos. Isto porque já são conhecidas as reais condições de vida e trabalho do funcionalismo no Brasil. Elas em nada diferem das condições existentes na maioria da classe operária. Operários e parcela importante do funcionalismo são, hoje, frações diferentes de um "novo proletariado".¹ Entretanto, a relativa situação de «privilegio» do funcionalismo se dá, de fato, em dois sentidos: primeiro, com referência a miséria absoluta daqueles que nem emprego têm e segundo, pela estabilidade garantida em relação aos demais assalariados, o que, no mais, é absolutamente necessário, por ser ele um servidor público.

Funçãoário público. Um trabalhador como os outros? A autora defende a tese que, nas atuais condições de vida e trabalho, a grande maioria dos servidores públicos civis faz parte, junto com outras categorias sociais, do novo proletariado brasileiro. Trabalhador, servidor ou funcionário, ele não tem construída para ele, nem diante da sociedade, a identidade distintiva daquele que, exercendo as atividades burocráticas do Estado, representa os interesses do quê coletivo. Só a construção de um projeto nacional que incorpore a idéia de profissionalização deste trabalhador poderá criar as condições de recuperação da sua dignidade.

Como vemos, responder à questão do título deste artigo não é simples e exige, de início, aceitar a complexidade existente no seu interior. O funcionário público é, na realidade brasileira, um trabalhador como os outros e, no entanto, não é um trabalhador como os outros. É verdade que seu

¹ - O conceito «novo proletariado» está discutido nos livros de Lowy, Michael, 1976, 1985. Sobre a situação de proletarianização dos funcionários públicos, ver França, Bárbara Heliodora, 1994.

trabalho, em última instância, contribui para a valorização do capital, fazendo existir toda a maquinária necessária ao funcionamento da sociedade, mas é também verdade que o Estado tem, ao mesmo tempo, uma dimensão coletiva. Ele representa, ainda que de maneira contraditória, tanto os interesses da classe que tem o poder quanto os interesses das classes dominadas. Portanto, o funcionário público realiza um trabalho tão importante para a sociedade quanto outro qualquer executado por um operário de fábrica, por exemplo. Entretanto, uma diferença essencial é a sua dimensão ideológica, onde o Estado é visto como a expressão do "povo", mediador neutro entre as classes em disputa. Por isso, para o conjunto da sociedade e para ele mesmo, a especificidade do trabalho que realiza lhe torna necessariamente diferente: ele representa o interesse público, o interesse daquilo que é coletivo. No passado, a filosofia chegou a especular se seu trabalho não deveria ser benevolente, sem pagamento, fruto apenas do interesse do cidadão em contribuir para a realização de sua sociedade. Na visão de Hegel, o corpo de funcionários seria em tudo devotado ao Estado.

É justamente este o objetivo central deste artigo: contribuir para desvendar os processos pelos quais a sociedade brasileira construiu uma identidade contraditória para este servidor-proletário. Tornado um trabalhador como outro qualquer, dele se exige, entretanto, a dignidade daquele que é diferente, de quem foi investido de uma missão especial.

Condições de vida e trabalho

A categoria social dos servidores públicos só recentemente impôs-se como objeto de estudo, mais precisamente após 1978, quando ganha expressão na luta política, junto aos demais trabalhadores. O fato de ser uma categoria quase desconhecida cientificamente, tem permitido interpretações bastante diferenciadas sobre sua realidade.² Num certo sentido, é uma categoria que prescinde de um conhecimento real, uma vez que suas características distintivas lhes foram dadas do exterior por atributos que lhes foram impostos e que construíram o personagem "servidor público", tão conhecido de todos. Buscando superar esta lacuna, a configuração do perfil do servidor público brasileiro, apresentado aqui, tem como base

² - Por exemplo, de uma forma geral, o interesse por dados qualitativos tem servido apenas para a desqualificação social da categoria, como na tentativa de comprovação de que existem funcionários demais.

uma pesquisa realizada nos anos 88/89, no Brasil.³ Não se tem notícias de nenhuma outra mais recente, ou mais antiga, com a qual possa ser comparada. Os dados não pretendem, assim, ir mais além do que descrever e interpretar, em seus traços gerais, as condições atuais de vida e trabalho dos funcionários brasileiros, encontrados nesta pesquisa.

1. Dados pessoais

a) Identificação: funcionários, servidores ou trabalhadores públicos

Na Assembléia Constituinte de 1988, os representantes mais combativos da categoria procuraram incluir no texto constitucional a expressão "trabalhadores públicos" para todos aqueles que trabalhassem no Estado. Nesta oportunidade, tentaram também reuni-los num mesmo capítulo constitucional, junto aos demais trabalhadores, o que não foi aprovado. A palavra "funcionário" foi considerada como expressão da manutenção de uma casta, privada dos direitos já garantidos aos outros trabalhadores. Por sua vez, a proposta vencedora foi a "centrista" que conseguiu aprovar

na nova Constituição o nome "servidor público", civil ou militar. No contexto brasileiro, são muitos os que consideraram uma conquista o fato de estarem agora reunidos num mesmo capítulo tanto civis como militares, uma vez que estes últimos teriam que partilhar, com o conjunto, as vantagens e prerrogativas obtidas. Para outros, ao contrário, a Constituição criou um fosso legal entre trabalhadores públicos e privados que já haviam construído, pela luta comum, uma certa unidade, ainda que frágil. Este fatos demonstram, outra vez, os dilemas de uma categoria sem identificação precisa diante de si mesma e do conjunto da sociedade. Ainda aqui, sua identificação se dá por oposição e negação: ele é o servidor que não é o militar. Enquanto na maioria dos outros países, "funcionário" é claramente um profissional de carreira do Estado, que jamais precisa da complementação redundante - "público" - para ser identificado. Na correlação de forças existentes no Brasil, à época da Constituinte, a denominação "servidor" que foi vencedora trás em si o peso de um trabalho servil, e é recusada por muitos no interior da categoria. Por sua vez, a denominação "trabalhador público", que expressaria a

³ - França, Barbara Heliodora, 1993. Pesquisa apoiada em 50 entrevistas com funcionários de Nível Médio, trabalhando em diferentes Ministérios. Realizada nos anos de 1988 e 1989, no Estado do Rio de Janeiro, que conta com o maior contingente de funcionários do país (21,40%).

inclusão consciente no interior da classe trabalhadora, de fato, não conseguiu ainda ultrapassar o discurso das lideranças políticas.⁴

b) Sexo, idade, estado civil

Pouco mais da metade desses trabalhadores são homens. No conjunto, pessoas de idade entre 30 e 50 anos, que se dividem entre casados ou solteiros/viúvo/desquitados e que habitam em bairros menos favorecidos, ainda que em casa própria, sonho principal daquele que não a possui. Majoritariamente, se dizem católicos, mas não frequentam cultos. Seu lazer é ficar em casa com a família vendo televisão. Poucos se interessam pela política: não lêem esta parte nos jornais, não procuram tais informações, nem participam de movimentos associativos. Tomados estes dados, pode-se supor que tem existido pouco interesse da parte dos mais jovens - entre 18 e 25 anos -, de fazerem parte do corpo de servidores civis, no Brasil. Por outro lado, o cotidiano destes funcionários é aquele descrito como pertencendo, atualmente, às chamadas classes populares urbanas.

c) Origem de classe

Para o corpo burocrático do Estado brasileiro, o trabalho em escritório não é hoje "o caminho mais importante da mobilidade social ascendente, da classe operária para a classe média", como afirmou Lockwood para a Inglaterra dos anos cinquenta. Tanto as profissões de seus pais como seus empregos anteriores mostram pouca presença de uma origem burguesa ou operária. Ao mesmo tempo, não descrevem atividades pequeno-burguesas tradicionais: raros perenciam a famílias ou tiveram, eles mesmos, anteriormente, a independência dada pela pequena propriedade, no campo ou na cidade. A grande maioria destes servidores, e/ou suas famílias, foram vendedores, "boys", recepcionistas, auxiliares de escritório, professores primários e outros pequenos trabalhos assalariados em serviços ou comércio.

d) Condições de vida

Os padrões de rendimento dos servidores públicos de nível médio são muito próximos aos mais baixos existentes no país. Sessenta por cento deles não ganham mais que cinco salários

⁴ - Nestas circunstâncias, sem que se incorra em erros, é possível referir-se a estes trabalhadores do Estado por qualquer uma das denominações citadas.

mínimos (ou 350 dólares).⁵ Por sua vez, mesmo o conjunto da renda familiar, com o complemento do salário do(a) companheiro(a) ou de outros membros da família, só lhes permite uma vida modesta, sem grandes gastos nem aspirações. Nas expressões de muitos, "ganhando prá comer".

É neste sentido que Rodrigues⁶ fala de um certo estilo de vida, onde a renúncia a uma moradia unifamiliar, a ter filhos ou a criá-los, a comprar objetos e até mesmo a desejá-los, constituem "saídas honrosas" de resistência ao risco da proletarização, para os que ainda não estão nela incluídos. Outras soluções são também adotadas para viver até o fim do mês: podem ser o "bico" - um outro emprego - quando o chefe "dá um jeitinho" ou "o horário de trabalho permite". A "muamba", que é toda a sorte de quin-quilharias vendidas - embora proibidas -, durante o horário de serviço, para outros colegas. São desde docinhos caseiros à lingerie. E, ainda, a armadilha do recurso ao agiota. A maioria pensa ter "muita sorte" quando pode acumular empregos ou fazer um "bico". De diferentes formas, o

funcionário cria alternativas criativas de sobrevivência e tira proveito das possibilidades que encontra no trabalho fora das fábricas.

2. Dados funcionais

a) Cargo e Função

Cerca de 80% dos servidores públicos brasileiros pertencem à categoria funcional "Nível Médio" (N.M.), na verdade, o nível mais baixo existente, já que neste caso não é exigido o diploma universitário para o exercício da função.⁷

São eles que, nos mais diferentes cargos, realizam os serviços de escritório e atendimento ao público: o chamado trabalho burocrático. As várias profissões operárias necessárias à realização dos serviços, como marceneiros, bombeiros, eletricitas, etc., foram sendo transferidas gradativamente para empresas privadas contratadas. Desta forma, os chamados "Nível Apoio", "Auxiliar" ou "Artífices", que ainda existem em certos ministérios, são inexpressivos numericamente para o conjunto da categoria.

⁵ - Enquanto o salário mínimo no Brasil não ultrapassa 60 dólares, de acordo com matéria recente na imprensa, 73% dos operários do setor metalúrgico do Grande ABC paulista ganham cinco ou mais salários mínimos. Revista Veja, 25 de maio de 1994.

⁶ - Rodrigues, Arackcy Martins, 1988.

⁷ - Do total de 561.328 funcionários civis federais existentes em 1988, apenas 56.223 (10%) tinham cargo de nível superior. Fonte: Cadastro CNPC.

Portanto, a nomeação "Nível Médio" é um artifício de linguagem que procura esconder o fato de que não existe um "Nível Baixo", e que a quase totalidade dos servidores públicos brasileiros é desqualificada como trabalhador, é um trabalhador de "baixo nível" de qualificação. Ao mesmo tempo, ele é "médio" por oposição ao "superior". Sua desqualificação é mais uma vez reafirmada. Sua capacitação é definida pela falta, falta-lhe instrução para ser "superior". A desqualificação deste trabalhador é um atributo de tal maneira aceito socialmente que é aceito por ele próprio. Deixa de ter importância o fato de que apenas 10% do funcionalismo no Brasil exerça funções de nível universitário: é esta parcela instruída que fala pelo conjunto, que mostra sua imagem como a imagem do funcionalismo brasileiro. Na mágica da aparência e da essência, a parte é tomada pelo todo.

b) Local de trabalho

O trabalho ocupa no universo destes profissionais um lugar de

destaque, já que a maioria pensa como especial a natureza das tarefas que realizam⁸. Prestar serviços ao público e conviver com os colegas são os dois motivos de maior satisfação com o emprego. É aqui onde é possível, através da camaradagem, romper com a vigilância, a disciplina e o horário rígidos que muitos encontraram anteriormente, seja no mundo da fábrica, seja em outras empresas privadas onde já trabalharam.

No Brasil, as condições de trabalho do funcionalismo público espelham a existência de um Estado com diferentes níveis de modernização e eficácia.⁹ Ao lado de setores "modernos", principalmente aqueles associados ou conveniados ao setor privado ou de prestação de serviços, de interesse imediato do capital - como o dos impostos ou bancos -, domina no conjunto dos ministérios e suas autarquias a imagem de que se ficou "parado no tempo".

As chamadas repartições públicas brasileiras não são, de uma forma geral, muito diferentes daquelas

⁸ - Esta é a razão pela qual Hegel, na Filosofia do Direito, chamou-os de "sacerdotes da quimera da representação universal". Com efeito, tal construção ideológica tem particularmente forte influência no sistema das representações dos servidores públicos. Eles tendem a aceitar essa representação de si mesmos e dos trabalhos que realizam e, portanto, de se pensar "fora" ou acima das classes sociais.

⁹ - Existe, paralela a uma máquina burocrática inépta e emperrada, uma parte do Estado brasileiro perfeitamente eficaz na sua função de mediador em favor do capital. Seja nos programas ligados às economias cafeeira, cacauceira ou alcooleira, por exemplo, com empréstimos inclusive a fundo perdido, seja em financiamentos do BNDES ou na intermediação de conflitos entre o capital e o trabalho.

que compõem um cenário crítico representativo da burocracia. Salas com muitas velhas mesas, várias delas vazias. Pouca ventilação, calor, um velho e barulhento ventilador ligado num canto. Pouca iluminação, com lâmpadas de mercúrio, lâmpadas apagadas ou queimadas. Muitas pastas sem terem seus lugares claramente definidos, algumas formando lotes amarrados com barbantes. Velhos arquivos de aço, papéis de todos os tipos sobre as mesas; obsoletas máquinas de calcular e de escrever. Raras vezes um terminal de computador. Poucas vezes espaço privativo para as chefias. Um telefone que chama sempre, à espera de alguém que se sinta encarregado de atendê-lo. Pessoas debruçadas sobre essas mesas, cujos rostos se alteram no guichê ou no balcão, em alguma discussão travada com o público. Não há nada ali que lembre o ambiente "fabril" da automação dos serviços de escritório, discutidos por Crozier, Mills ou Lockwood. Embora atribuam graus diferentes de importância a esta tendência, todos reconhecem aí uma das características típicas da nova burocracia. Isto nos permite pensar, portanto, que a burocracia do Estado brasileiro, na grande maioria dos locais de trabalho, não pode ser considerada uma burocracia moderna. As características que apresenta, são, ao contrário,

típicas daquelas que compõem antigas imagens estereotipadas do universo da burocracia.

Da mesma forma, tal realidade brasileira permite supor que a mecanização das tarefas não é, necessariamente, um componente essencial do processo de proletarianização. No nosso caso, as condições de vida e trabalho do funcionalismo estão proletarianizadas sem que as rotinas de trabalho tenham se transformado em "cadeias de produção". Ao contrário, é no espaço físico descrito e nas condições adversas em que exercem suas funções, que são expressos, simbolicamente, a estagnação e os impasses desta categoria social parada no passado e sem expectativas de futuro.

c) Rotinas

Em geral, o funcionário N.M. realiza tarefas repetitivas e cansativas, sejam elas destinadas à população externa ou ao próprio Órgão e seus servidores. Ainda que os que trabalham com o público tenham uma rotina mais animada - uma vez que sempre alterada pelos imprevistos apresentados pelas diversas demandas -, pouco espaço existe para a criatividade ou a improvisação. Mesmo no país do "jeitinho" existe um fluxo a seguir, normas e procedimentos a respeitar e a preocupação das

chefias é, segundo suas expressões, "não deixar o serviço acumular".

Por isso, cotidianamente, é preciso distribuir a documentação recebida pelo malote; dar prosseguimento aos processos entregues no protocolo segundo os setores de destino; controlar as entradas e saídas dos memorandos, cartas, telex ou fax; preencher RMS (relação de movimentação de processos); arquivar; datilografar; movimentar e ter o controle do patrimônio; orientar o público sobre o "andamento" dos seus processos; sobre como fazer um requerimento ou uma declaração; marcar consultas; fazer matrículas e carteirinhas; revisar declarações dos contribuintes; calcular e pagar aposentados e acidentados; fiscalizar os serviços de limpeza da firma contratada; fazer o cadastro do pessoal do ministério; providenciar a execução dos serviços de manutenção do prédio, de transporte, da compra de material; controlar a frequência, faltas ou licenças dos funcionários do Órgão; secretariar e dar apoio aos gabinetes de direção. São estas as tarefas diárias realizadas pela maioria dos funcionários públicos de Nível Médio, nas diferentes funções que ocupam nos Ministérios e Repartições.

Não é difícil compreender que a maioria demonstre insatisfação com o trabalho que realiza. O grande sonho é sempre ver implantado um novo PCC- Plano de Classificação de Cargos - que lhe possibilite exercer a profissão que o diploma universitário já lhe dá direito. Majoritariamente, tais funcionários não se sentem aptos a concorrer no mercado de trabalho, uma vez que, em sua visão idealizada do setor privado, pensam existir apenas nos trabalhos que realizam, a rotina, a submissão e a pouca criatividade. Por isto, poucos entre eles buscaram ou buscam ainda um segundo trabalho, que lhes gratifique pessoal e financeiramente.

Baixo salário, falta de reconhecimento social, ausência de perspectiva de transformações positivas nas suas condições de vida, como também a realização de um trabalho subordinado, cuja possibilidade de tomar decisões e ser responsável por elas lhes é interdito. Este conjunto de características, entre outras, descreve um quadro em tudo próximo daquele vivido pela grande maioria que compõe, hoje, a classe trabalhadora brasileira e que faz com que o servidor público, este trabalhador que se queria diferente, não seja mais que um trabalhador como outro qualquer.

Estado e seus trabalhadores: entaves ao progresso?

A polêmica em torno da questão continua atual. Em especial nesta conjuntura de pretensa revisão constitucional, onde o Estado e seus trabalhadores são objeto dos mais variados projetos de lei, todos de alguma forma buscando restringir, seja o espaço de atuação do Estado, sejam supostos privilégios dos seus trabalhadores. Todo cidadão brasileiro tem construída uma opinião segura sobre estes trabalhadores tão detestados pela maioria e objeto constante de piadas para muitos. Afinal, quem não sofreu ao menos uma vez em sua vida o desespero das filas imensas, das exigências descabidas de documentos, do processo perdido? Isto para não falar do descaso, desinteresse e até grosserias por parte de alguns funcionários. Isto para não falar do que por vezes dói mais: pagar aquela "taxa de urgência" para ver feito um trabalho que a burocracia já está sendo paga para fazer, e que deveria fazer bem.

O Brasil, como alguns outros países hoje, vive uma sede insaciável de moralidade. Tanto mais insaciável quanto mais parecem frustradas todas as esperanças de ver parar na cadeia

a maioria dos que, reconhecidamente, de tantas manciras, abusando de seus postos superiores e poder econômico, são os verdadeiros responsáveis pela miséria e violência neste país. Naturalmente, querendo moralizar tudo neste processo de recuperação ética, gatos e sapatos se confundem.

Os funcionários públicos fazem hoje, de fato, o papel de "boi de piranha", na complexa questão entre o público e o privado no Brasil. Assim como na conhecida artimanha de fazer atravessar o rebanho em um rio povoado de piranhas, assim também o funcionalismo é jogado na frente, para ser devorado, enquanto temas fundamentais que aguardam mudança radical e urgente, faz muito tempo, passam imunes e continuam intocáveis. Tais questões dizem respeito, por exemplo, à estrutura fundiária brasileira, tanto rural quanto urbana; à sonegação de impostos; à evasão de capitais para o exterior, e vários outros, diretamente ligados aos interesses da elite agro-industrial e financeira nacional ou multinacional.

No entanto, em algo existe consenso hoje no Brasil: a necessidade de reformas capazes de tornar o Estado realmente eficaz. As divergências começam

quando diferentes setores da sociedade exprimem-se sobre o Estado que querem construir.¹⁰

Embora tenha mostrado algumas de suas consequências nefastas em países tão diferentes como o México e a Inglaterra, o neo-liberalismo é ainda bastante cotado no interior das elites brasileiras.¹¹ Na versão ultra-liberal, à procura do "Estado mínimo", defende sua presença apenas na defesa, justiça e segurança aos cidadãos; todo o resto deve ser deixado às leis do mercado, numa economia aberta e internacionalizada. Mesmo que, na lógica dos "custos-benefícios", esteja implícito que entre os 150 milhões de brasileiros só 30 milhões, considerados como consumidores, podem realmente usufruir dos benefícios de um tal tipo de modernização.¹² Os sacrifícios dos assalariados e a exclusão de muitos outros são previstos como "custos sociais" do progresso. O funcionalismo, visto sempre como improdutivo, inoperante e parasita, deve perder o direito à estabilidade. Colocado livremente no mercado da força de trabalho, será obrigado a tomar-se, ele também, capacitado e competitivo.

Como visão de mundo, a teoria neo-liberal de privatização de todos os domínios da sociedade, quando não é resultado de simples ignorância, é a ideologia conseqüente de defesa dos interesses próprios dos setores financeiros e agro-industriais de ponta. Enquanto para estes, a fonte de todos os males do Brasil é a intervenção do Estado e a solução o jogo livre do mercado, outros liberais defendem a necessidade de uma redefinição para que o Estado e a iniciativa privada sejam parceiros no projeto de desenvolvimento do país.

Este liberalismo de tendência mais moderada é defendido pelos partidos políticos de centro direita, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cujo presidente, Orestes Quércia que, embora não aceite o "Estado gerente", defende a "existência de um Estado que coordene a atividade econômica, encorage os investimentos e analise os recursos de acordo com as prioridades estratégicas de desenvolvimento."¹³ Nesta proposta estão presentes tanto a necessidade em superar a situação de miséria do país quanto a de dar competitividade à economia. Aqui,

¹⁰ - Estas divergências estão no artigo de Pena-Vega, 1993.

¹¹ - Entre os economistas brasileiros que teorizam o neo-liberalismo encontram-se Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen.

¹² - Pena-Vega, 1993.

¹³ - Orestes Quércia, 1992. Citado em Pena-Vega, 1993.

os impasses que existem são quanto às prioridades: como na velha fórmula de deixar o bolo crescer para dividi-lo, o programa de diminuição das extremas desigualdades sociais será realizado com os benefícios obtidos pelos resultados econômicos.

Para os neo-liberais, no jogo fácil das palavras que perderam significado, todos aqueles que defendem ainda a intervenção pública na vida econômica são chamados de reacionários, conservadores e corporativistas. No entanto, o certo é que a maior parte dos países ocidentais do chamado primeiro mundo, e também os conhecidos "Tigres Asiáticos", como Coréia ou Formosa, alcançaram tal estágio com uma importante atuação do Estado, que embora com pesos diferentes em cada país, esteve e está ainda presente tanto no setor econômico como no de "serviços sociais".

Esta é também a compreensão de outros setores da sociedade, entre os quais parte da elite brasileira¹⁴ e/ou adeptos das teorias econômicas de Celso Furtado e João Manoel Cardoso de Mello, assim como os

representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É possível que cada um destes setores formulem projetos diferentes ou com pesos diferentes sobre algumas áreas de atuação do Estado. Entretanto, o pressuposto comum é que só o Estado é capaz de regular a economia, com a condição que seu papel seja redefinido e suas funções claramente estabelecidas.

É importante retomar aqui o que diferentes autores têm apontado, sem grandes êxitos de divulgação: não existe um só e único nível de modernização e competência do Estado brasileiro. "Há aí um truque ideológico dos conservadores que, por bem-sucedido, não deve tornar-se verdadeiro. Enfraqueceu-se o Estado e atribui-se a ele tudo o que há de ruim na sociedade. Como o povo não gosta do Estado porque ele é um mau prestador de serviços e o trata de maneira perversa, a coisa pega. Assim, existem dois Estados. Um é feito para apanhar, enquanto o outro, do qual pouco se fala, alimenta a perversidade econômica. Fala-se pouco do poder absoluto que a debilidade do Estado dá às grandes empresas para fixar preços. Como se explica que o preço dos automóveis e dos

¹⁴ - Pesquisa de 1992 mostra que setores como o petróleo, ciência e tecnologia, educação superior, energia e telecomunicações dividem as opiniões dos representantes das elites brasileiras. Pelo menos metade deles é favorável à presença muito necessária do Estado como administrador destes setores. Lamounier, Bolívar, 1992.

remédios suba em relação ao dólar?"¹⁵

Para Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, o papel do Estado no processo de modernização e retomada do desenvolvimento deve ser muito importante. Nem o Estado onipresente, administrador geral dos meios de produção e de troca, nem a idéia de reduzi-lo a qualquer custo. "É preciso promover um Estado-fiador, um Estado-regulador e, porque não, um Estado-protetor. Um Estado mais justo, que seja capaz de orientar a economia e distribuir as riquezas. Nós queremos desprivatizar o Estado atual, onde quase todo dinheiro disponível para investimentos em grandes projetos é consacrado ao setor privado. Enfim, nós queremos criar um Estado-público que seja preocupado com os problemas globais da Nação e não somente com um punhado de dirigentes de grupos econômicos."¹⁶

Este projeto de Estado, entretanto, não terá a menor condição de ser implementado e de poder mostrar os resultados de uma nova eficácia se não contar com a participação engajada da grande maioria dos funcionários públicos. Construir um novo Estado terá que significar

mudar as relações de trabalho e poder existentes entre o governo e seus empregados. Entre muitas outras mudanças, salários dignos, planos de carreira e avaliação funcional terão de substituir o "você finge que paga e eu finjo que trabalho"; em diferentes níveis, das próprias Repartições deverão emergir chefias substitutivas dos atuais "cargos-de-confiança" decorrentes exclusivamente do clientelismo; as Escolas de Serviço Público, transformadas em organismos dinâmicos de formação/conscientização de pessoal qualificado, deverão, sem dúvida, participar de forma ativa destas reformas. Esta, "como qualquer outra reforma administrativa será eminentemente política" e exigirá, articuladamente, um conjunto de ações desenvolvidas internamente ao Estado e outras desenroladas no interior da sociedade, fundadas no conhecimento da realidade que se quer transformar.¹⁷

Enfim, será preciso primeiro se ter de fato um projeto para o país. Um projeto que deverá contemplar simultaneamente a participação e a profissionalização do funcionário público. O compromisso daí resultante, só será possível com o mais amplo debate: a nível macro, para que se compreendam e

¹⁵ - Cardoso de Mello, João Manoel, 1993.

¹⁶ - Lula da Silva, Luís Inácio, 1993, citado em Pena-Vega, 1993.

¹⁷ - Nascimento, Elinar P. 1992.

difundam as metas propostas; a nível micro, para que se contribua com a experiência cotidiana sobre a melhor maneira de realizar o trabalho de cada um. Todo este processo chama-se profissionalização do funcionalismo. Só ele é capaz de transformar "um funcionáriozinho qualquer", de identidade indefinida, num trabalhador público, agente do Estado orgulhoso de sua função, consciente de sua importância e responsável pelo seu trabalho.

Bibliografia

- BRASIL. Secretaria da Administração. *Cadastro Nacional do Pessoal Civil*. Brasília: 1988.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *VEJA*. Rio de Janeiro: 25 ago 1993.
- FRANÇA, Bárbara Heliodora. *Nova Classe Média ou Novo Proletariado? São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, jun. 1994.
- _____. *O Barnabé: consciência política do pequeno funcionário público*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- LAMOUNIER, Bolívar. *As elites e a modernização do setor público: um debate*. São Paulo: Idesp, 1992.
- LOWY, Michael; *Pour une sociologie des intellectuels révolutionnaires*. Paris: PUF, 1976.
- _____. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LUIJA DA SILVA, Luis Inácio. Entrevista. *Travail*, nº 27, 1993.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; *Reforma Administrativa e Corpo Funcional, Ciências Hu-*

manas, Brasília: UnB, ago 1992. (Série Sociologia, 8).

PENA-VEGA, Alfredo; *La modernisation en panne: du disenchantement a l'utopie. Les contradictions de la modernité dans l'élite brésilienne. Cabiers du Brésil Contemporain*. Paris: Set 1993.

QUÉRCIA, Orestes. Entrevista. *Gazeta Mercantil*. São Paulo: dez 1992.

RODRIGUES, Arackcy Martins; *Pesquisa sobre Servidores Públicos em São Paulo, Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: EHESS, n. 73, 1988.

definitiva de aquél que, ejerciendo las actividades burocráticas del Estado, representa los intereses de lo colectivo. Sólo la construcción de un proyecto nacional que incorpore la idea de profesionalización de este trabajador podrá crear las condiciones de recuperación de su dignidad.

Abstract

CIVIL SERVANTS, A WORKER LIKE OTHERS?

The author defends the theory that, in the present working and living conditions, the majority of the civil servants have become a part, together with other social categories, of the new Brazilian proletariat. Laborer, civil servant or government worker - there is no distinct identity, built by himself or society, of the person who, while carrying out the bureaucratic activities of the state, represents the collective interests. Only elaboration of a National Project that incorporates the idea of professionalizing this worker can create the conditions to recuperate his dignity.

Resumen

FUNCIONARIO PÚBLICO: ¿UN TRABAJADOR COMO OTROS?

Funcionario público: ¿Un trabajador como otros? Defiende la tesis de que, en las actuales condiciones de vida y trabajo, la gran mayoría de los servidores públicos civiles forma parte, junto con otras categorías sociales, del nuevo proletariado brasileño. Trabajador, servidor o funcionario, no tiene construida para sí mismo, ni ante la sociedad, la identidad

Bárbara Heliodora França é professora da Universidade Federal Fluminense.